ESCOLAS PÚBLICAS DO CAMPO DO PARANÁ: O QUE E COMO FAZER!



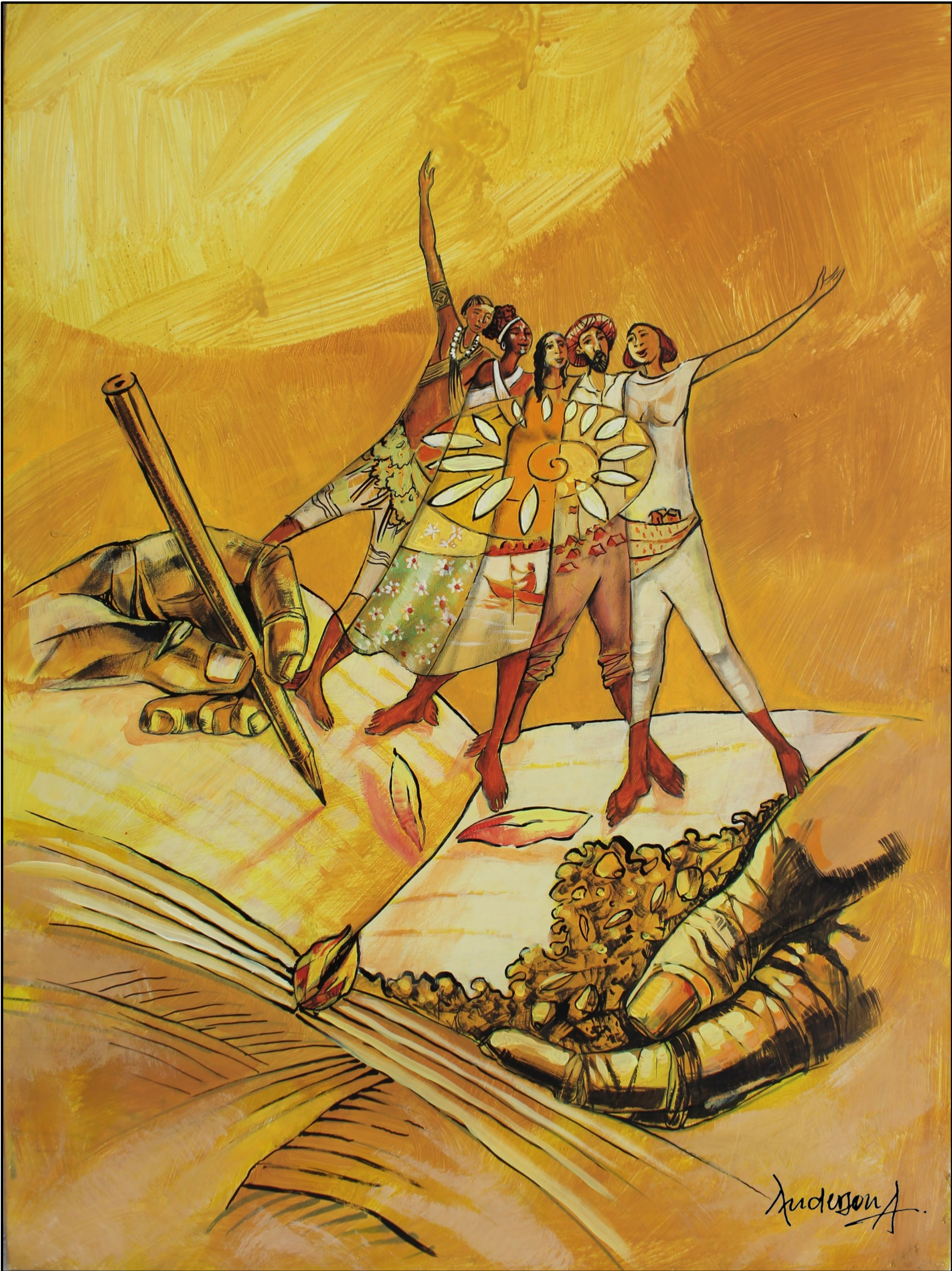
EDITORIAL

Com muita satisfação apresentamos a 2ª. Edição do Boletim da Articulação Paranaense por uma Educação do Campo. A primeira edição apresentou informações para o NÃO FECHAMENTO DE ESCOLAS.

Socializamos em cinco seções reflexões sobre as concepções de educação rural e Educação do Campo; a seguir uma discussão sobre como construir o Projeto Político Pedagógico de escolas públicas do campo; depois apresentamos os diferentes tipos de escolas frequentadas pelos sujeitos que vivem no campo, nas florestas e nas águas, na sequência indicamos diferentes formas de planejamento numa perspectiva crítica; e quase finalizando, compartilhamos algumas práticas pedagógicas que envolvem a constituição da biblioteca do trabalho, a construção de parques infantis, a auto-organização do estudantes, tarefas coletivas, atividades de intervenção no meio ambiente e recreio pedagógico. Também apresentamos o Parecer Normativo 01/2018 elaborado pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná, que trata da oferta de Educação do Campo e normas complementares para a cessação de escolas do campo.

Desejamos aos leitores, que ao se dedicarem à leitura dos textos, façam uma reflexão profunda sobre o papel da escola, avaliando quais estratégias são necessárias para construir a Escola do Campo com Educação do Campo.

Boa leitura e boa reflexão! A luta continua...



ESCOLA PÚBLICA DO CAMPO: ROMPER COM A EDUCAÇÃO RURAL, CONSTRUINDO A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Fazer a Escola Pública do Campo exige romper com a concepção de Educação Rural e construir uma concepção de Educação do Campo. Lembramos que cada uma delas expressa a vinculação com diferentes projetos de sociedade. Leia com atenção e discuta com seu coletivo, para compreender as diferenças.

Educação Rural é a concepção que marca a trajetória da educação ofertada **para** os povos do campo. Os materiais didáticos não possuem diferencial em relação aos disponibilizados para as escolas das cidades. A formação dos professores é marcada pela lógica do Brasil urbano. Por essa lógica, o campo é visto como lugar de atraso, negatividades e ausências. Há predomínio da defesa da modernização do campo e do agronegócio como sinônimo de desenvolvimento. A participação efetiva da comunidade está presente nos discursos político-pedagógicos, entretanto, as decisões são tomadas pelas equipes gestoras. Por essa lógica, escolas precárias são fechadas.

A Educação do Campo, é uma **c**oncepção construída na segunda metade da década de 1990, a partir das experiências dos movimentos sociais dos povos do campo (da terra, das águas e das florestas). Seu vínculo é com um projeto de sociedade em que o campo é tido como lugar de vida, trabalho e cultura. Funda-se na lógica da participação efetiva dos povos do campo nas questões escolares e considera educativo todo processo formativo, vinculado ao mundo do trabalho. Os conteúdos escolares são organizados em função de temas e problemas vinculados ao campo, levando em consideração a legislação e as diretrizes educacionais nacionais. Luta-se por formação de professores com perspectiva de transformação social. A identidade da escola é construída a partir da participação das famílias, educandos e educadores. Luta-se para manter as escolas no campo e com identidade marcada pela participação popular (identidade do campo).

Analise o quadro abaixo, que também apresenta elementos importantes para diferenciar as concepções.

Caro leitor, olhe para a escola de sua comunidade e perceba que elementos das duas concepções sustentam as práticas pedagógicas nela realizadas. Após identificar esses elementos, reflita no seu coletivo sobre quais estratégias são necessárias para superar a concepção de educação rural.

EDUCAÇÃO RURAL	EDUCAÇÃO DO CAMPO
Para o povo rural.	**No** campo e **Dos** povos do campo.
Uniformiza os povos do campo, das águas e das florestas.	Reconhece a diversidade dos povos do campo, das águas e das florestas: escola do campo, escola indígena, escola quilombola.
Para produzir matéria prima e mão de obra com conhecimento técnico para o trabalho.	Fortalece um Projeto Popular Brasileiro que valorize e transforme a agricultura familiar/camponesa de acordo com os interesses e necessidades da maioria da população.
Aposta na solução da integração do campo às atividades econômicas.	Se integra na construção de outro projeto de desenvolvimento sustentável de campo, apoiado pelo Estado e controlado pelos agricultores e camponeses.
Quer 'fixar o homem no campo'.	Supera a dicotomia entre campo e cidade.
Rural como lugar de produção	Campo como um lugar de vida, cultura, produção, moradia, educação, lazer, cuidado com a natureza, e relações solidárias.
Escola como salvadora de um povo incapaz, que precisa ser dirigido pelo Estado.	Concebe as políticas de educação articuladas a outras de garantia dos direitos sociais e humanos do povo que vive no e do campo.
Rural submetido culturalmente à cidade.	Educação de interesse geral dos trabalhadores do país, desde a especificidade do campo.
Estado determina a estrutura da escola, burocracia e determinações hegemônicas.	Educadores/as, educandos/as e moradores/as como sujeitos da educação, na perspectiva de construção da escola emancipadora.
Transmissão de conhecimento.	Diálogo e produção de conhecimentos.
Seriação como avanço.	Seriação pode atrapalhar o aprendizado.
Material didático e pedagógico produzido por empresas.	Material didático e pedagógico produzido pelos movimentos sociais, universidade públicas e grupos de educadores/as comprometidos/as com a Educação do Campo.
Estrutura precária com relação à cidade.	Busca estrutura com condições de desenvolver todas as atividades.
Professor/a silencioso, cumpre tarefas.	Educadores/as comprometidos, capazes de análise do contexto e das políticas do Estado.
Estudar com objetivo restrito à titulação.	Estudo para recriar-se pessoal e pedagogicamente.
Planejamento individual, por disciplina, restrito ao livro didático.	Planejamento coletivo e interdisciplinar.
Precariedade das condições de trabalho dos professores.	Educadores com condições de trabalho.

Elaborado a partir das seguintes fontes:
DUARTE, Valdir Pereira.; ALBA, Rogéria Pereira. ASSESOAR - Centro de Educação Popular (CEP), junho de 2012.
SOUZA, Maria Antônia de. *A educação do campo no Brasil. 20fs. Curitiba, 2016. Texto impresso. A ser publicado pela ANPED/SECADI. No prelo*

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA ESCOLA PÚBLICA DO CAMPO

A construção do PPP exige reflexão rigorosa sobre o papel da Escola e o compromisso coletivo na redefiniçao da prática pedagógica das escolas públicas na perspectiva de uma opção de classe. Não existe a possibilidade de se manter neutros. Apesar de entender que há uma intervenção de fora para dentro na definição do PPP, considera-se a possibilidade de construir um movimento contra-hegemônico, colocando o PPP a serviço da classe trabalhadora no sentido de constituir-se classe para si.

Para a produção do Projeto Político Pedagógico é preciso considerar que:

Ele é **PROJETO** - plano, planejamento a ser seguido, construção, desenho, lei, capacidade humana – projetar (sonhar);

Ele é **POLÍTICO** – arte, ciência, dirige, governa, habilidade na relação humana, assume uma posição, postura, é disputa;

Ele é **PEDAGÓGICO** – tem método, forma, teoria, ciência, ensino, conteúdo, tem condução.

Pressupostos que demarcam a concepção de Educação e Educação do Campo

A Escola Pública do Campo precisa estar vinculada ao movimento social do campo, às comunidades e às organizações locais. Ela é, necessariamente, vinculação escola e vida, valoriza os modos de vida e os sujeitos diversos na organização do trabalho pedagógico escolar. Precisa ser projetada para garantir

o acesso ao conhecimento escolar, científico universal e aos conhecimentos locais, para contribuir no desenvolvimento das várias dimensões do ser humano;

A construção do PPP é processo contínuo e coletivo, que a partir da análise crítica da própria prática ressignifica o seu "refazer-se"; implica rupturas; explicita um caminho, uma direção, um sentido; o vínculo com o movimento social do campo;

A elaboração do PPP exige compromisso ético-político com a transformação da realidade social, a superação das desigualdades sociais;

Construção coletiva que articula a concepção de currículo, a concepção de gestão e a formação continuada de educadores;

Exige a formação permanente dos profissionais com base na reflexão crítica de sua própria prática e na criação de condições necessárias à transformação dessa prática;

Exige o compromisso do poder público na oferta e manutenção da educação pública de qualidade. O projeto é institucional, mas é também o projeto de vida das famílias e suas práticas, condição para que deixe de ser apenas "coisa" de governos e/ou, no máximo, da diretora, dos professores. O projeto de Escola do Campo precisa assumir o movimento do campo como sua pedagogia, por isso, precisa sair das suas paredes e mergulhar no mundo da vida dos sujeitos;

O Projeto Político Pedagógico precisa colaborar com o romper e superar o modelo da escola seriada capitalista, colocar a possibilidade de pensar e organizar uma nova estrutura de escola, não imaginando turmas e séries lotadas, professores trabalhando isoladamente, disciplinas soltas, reprovação e fracasso;

A educação deve ser entendida como processo de formação humana omnilateral;

Os processos de ensino-aprendizagem precisam considerar o desenvolvimento dos sujeitos, o contexto local, a ampliação da participação nas decisões didático-pedagógicas.

Elementos para a constituição do PPP

I - Marco Situacional e histórico: explicita como se compreende a sociedade atual; caracteriza o contexto onde a escola está inserida; o papel da escola nesse contexto, a quem ela serve. Apresenta uma análise crítica sobre os problemas existentes na escola e descreve o funcionamento da mesma. Registra a fotografia da realidade escolar, do entorno e dos sujeitos escolares. Para desenvolver o levantamento de dados orienta-se a utilização da pesquisa, desde a aplicação de questionários, entrevistas, visitas nas comunidades, participar das reuniões, ouvir o movimento social, as secretarias municipais, levantar um banco de imagens, conversar com as crianças desde suas falas, desenhos. Esses dados geram um *inventário da realidade* que precisa contemplar múltiplas dimensões da **realidade da escola e seu entorno, das crianças e seu desenvolvimento**:

Como estão as comunidades no campo da produção, da cultura, do trabalho, das relações? Quais são os aspectos específicos da cultura, do lazer, das fontes educativas do meio? Como está o atendimento das políticas públicas na comunidade? Existem formas organizativas no lugar? Quais? O trabalho urbano como está? Quais os trabalhos? Quais as características socioeconômicas da comunidade?

A escola sua história, trajetória e contexto atual. Como estão as condições dos espaços escolares e sua potencialidade? O tempo da escola para atender as crianças como está? Materiais didáticos são suficientes, adequados? Temos biblioteca com acervo diverso e com produção das crianças? A merenda escolar vem da comunidade? Os cardápios estão adequados, suficientes e coerentes com a alimentação saudável? Temos acesso à internet e o conjunto que dela decorre? Além da sala de aula, quais os demais espaços disponíveis para o trabalho pedagógico? Existe o parque infantil? Espaço dos brinquedos? A escola oferece leitura domiciliar para a crianças e as famílias? O que precisa melhorar? O que precisamos qualificar? A escola tem plano de ação?

Quem são as crianças, os educadores e as famílias que formam a escola? O que já sabem, o que ainda não sabem e o que não podem ficar sem saber? Quais os maiores limites ou necessidades das crianças para garantir o desenvolvimento e a aprendizagem? E dos professores? Quais são as suas necessidades e potencialidades? As famílias conhecem o PPP da escola, sabem o que é isso? O que as crianças mais gostam? O que elas não gostam? O que precisamos garantir que elas gostem? Elas leem, usam biblioteca ou sala de leitura? São curiosas, inventivas, críticas?

(...) e tantas outras perguntas sobre a realidade.

II - Marco Legal: é composto por elementos que fundamentam legalmente nosso projeto de Escola. Conhecer a legislação também dá sustentação ao nosso posicionamento e fortalece a defesa das nossas proposições. Para produzir esse marco precisamos reunir toda legislação, ler, trazer pessoas para esclarecer, enfim, precisamos conhecer as leis.

Começando com a constituição que garante o direito à educação; A LDB; o Estatuto da Criança e Adolescente; Orientações e diretrizes curriculares nacionais, estaduais e municipais que tratam da Educação Básica; Diretrizes da Educação do Campo; Propostas curriculares, seus fundamentos e orientações; Plano Nacional, Estadual e Municipal de Educação; Regimento escolar; Plano de Carreira do professor e funcionário.
(...) e tudo mais que é específico em cada local.

III - Marco Conceitual ou epistemológico: é composto pela teoria, pelos fundamentos e pelas concepções que vão ajudar a ler o Marco Situacional e posicionar teórica-política e profissionalmente diante da realidade a ser transformada ou reproduzida. São as balizas, pilares, marcos, sustento do projeto de formação humana na escola.

Importante destacar: as concepções de sociedade, educação, educação do campo, escola e escola do campo; matrizes formativas, o conhecimento, o trabalho, a luta, a história, a cultura; formação humana e desenvolvimento e aprendizagem da criança; ciclos de formação humana; avaliação emancipatória; formação de professores; trabalho pedagógico; gestão escolar; tempos educativos e espaços escolares; currículo; leitura e escrita e a biblioteca escolar do trabalho.
(...) e tudo mais que é próprio e específico.

IV - Marco operacional: expressa a tomada de decisão, exige que se articule o marco situacional com o marco legal e teórico para elaboração das propostas, ou seja, operacionalização das **alterações e transformações** pretendidas:

Espaços e tempos da gestão democrática: conselho escolar, coletivo de educadores, direção, coordenação, secretaria, organização dos estudantes;
Objetivos da escola e dos anos/ciclos;
Organização dos tempos na aula, no parque, na biblioteca, no laboratório de informática, no trabalho e outros, já que precisamos superar a sala de aula como espaço único de ensinar; organização desses espaços escolares com a participação das crianças;
Definir o currículo da escola e dos anos/ciclos (planejamento – conteúdos – ações educativas e culturais). Planos e planejamento (projetos, complexos de estudo, temas, tema gerador, centro de interesse, sequência didática ...);
As práticas de avaliação, seus critérios e instrumentos, os conselhos de classe participativos, agrupar e reagrupar para aprender e ensinar; registros da avaliação. Aprovação, reprovação, repetência, evasão;
Como conduzir o trabalho com leitura, escrita, oralidade, participação das crianças que sempre são limites;
A formação continuada de professores, a hora atividade que não deve ser individual mas em parceria com outros professores;
Orientar as atividades de campo, visitas, intercâmbios, idas à cidade para conhecer e ver a biblioteca pública, museu e outros;
Calendário escolar; plano de ação da escola com a comunidade.
(...) e tudo mais que considerarem necessário.

Se a construção do PPP é um ato político é hora de compreendê-lo como instrumento para potencializar nossa posição na luta de classes, considerando-se que nele expressamos nossas escolhas, especialmente no sentido de optar por um ou outro tipo de formação humana, por um ou outro processo de socialização e produção de conhecimento e, portanto, de apreensão da realidade como instrumento para uma intervenção significativa na mesma.

Mãos a obra!

Reúnam sua comunidade, avaliem coletivamente o Projeto Político Pedagógico e proponham as mudanças possíveis e necessárias para construir a Escola do Campo com Educação do Campo.

Importante:

Procurem as Articulações regionais e estadual, e integrem-se a esse grande movimento em defesa da Educação do Campo.

ESCOLAS PÚBLICAS DO CAMPO NO PARANÁ

(PARANÁ). Secretaria do Estado de Educação.

No estado do Paraná concentram-se aproximadamente 1332 escolas municipais e 552 escolas estaduais localizada no campo, seus Territórios e seus Sujeitos. É preciso considerar que o campo brasileiro é marcado por conflitos agrários que definem projetos e política públicas, dos quais advém a constituição da Educação do Campo como uma categoria que demarca o reconhecimento e a identidade da Escola Pública do Campo que se quer construir.

São Escolas Públicas do Campo paranaenses: Escola Ribeirinha, Escola das Ilhas, Escola Quilombola, Escola Indígena, Escola Faxinalense, Escola de Assentamento, Escola Itinerante, Casa Familiar Rural, Escola da Agricultura Familiar, Escola Ruurbana.

Casa Familiar Rural

A Casa Familiar Rural é um espaço destinado à formação de jovens do campo, os quais têm oportunidade de receber formação técnica, profissional, tendo como objetivo qualificar esses jovens e oferecer alternativas de renda e de trabalho, para assim permanecerem e beneficiarem a própria família. As aulas na Casa Familiar Rural são em Pedagogia de Alternância, sob a responsabilidade da prefeitura do município e da Associação das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR- SUL), portanto organiza o ensino (Tempo Escola e Tempo Comunidade) conjugando diferentes experiências formativas.



Casa Familiar Rural de Guaraniaçu

Escola do Campo Quilombola

Entende-se por escola quilombola aquela localizada em território quilombola, que se constitui como um lugar com importância histórica, de transmissão de valores, de conhecimentos, de tradições e respeito à ancestralidade. Entende-se por quilombos:

I - os grupos étnico-raciais definidos por auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica;

II - comunidades rurais e urbanas que: a) lutam historicamente pelo direito à terra e ao território o qual diz respeito não somente à propriedade da terra, mas a todos os elementos que fazem parte de seus usos, costumes e tradições; b) possuem os recursos ambientais necessários à sua manutenção e às reminiscências históricas que permitam perpetuar sua memória. III - comunidades rurais e urbanas que compartilham trajetórias comuns possuem laços de pertencimento, tradição cultural de valorização dos antepassados calcada numa história identitária comum, entre outros. Resolução CNE/CEB 08/2012/art.3

Segundo as Diretrizes da Educação Quilombola, Art 9º, a Educação Escolar Quilombola compreende: I – Escolas quilombolas; II – escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas. A escola valoriza a cultura, a resistência e a luta por justiça, é ferramenta de luta e força, contempla a realidade, é parte da comunidade, valoriza os jovens e os anciãos, compartilha, resgata, valoriza, une, organiza os membros da comunidade a partir dos conhecimentos escolares e a necessi-



Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos

Escola Indígena

A Escola Indígena está localizada nas terras demarcadas e reconhecidas no estado do Paraná. A educação escolar indígena traz dimensões importantes e necessárias, como a dimensão cultural e a língua materna, garantidos pela legislação vigente. Nas escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental os estudantes têm direito a ser alfabetizados na língua materna, o que exige a presença de um professor “de língua”, ou seja, um professor indígena.



Escola Estadual Indígena Nestor da Silva

A escola parte da compreensão da dimensão formativa da cultura e do espaço sociocultural, do indígena enquanto sujeito capaz de construir e se posicionar sobre a realidade em que vive, capaz de decidir os rumos de sua história. Assim, uma escola precisa garantir qualidade, acesso e permanência a estes povos. Isto passa necessariamente por políticas públicas efetivas e um vínculo concreto com as comunidades.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, para organizar a escola indígena faz-se necessário considerar: I - a centralidade do território para o bem viver dos povos indígenas e para seus processos formativos e, portanto, a localização das escolas em terras habitadas por comunidades indígenas, ainda que se estendam por territórios de diversos Estados ou Municípios contíguos; II - a importância das línguas indígenas e dos registros linguísticos específicos do português para o ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades indígenas, como uma das formas de preservação da realidade sociolinguística de cada povo; III - a organização escolar própria, nos termos detalhados nesta Resolução; IV - a exclusividade do atendimento a comunidades indígenas por parte de professores indígenas oriundos da respectiva comunidade. A escola indígena será criada em atendimento à reivindicação ou por iniciativa da comunidade interessada, ou com a anuência da mesma, respeitadas suas formas de representação.

Escolas da Ilhas e Ribeirinhas

As escolas das ilhas e escolas ribeirinhas são constituídas por povos que na sua maioria vivem e trabalham da atividade pesqueira, nos manguezais, no cultivo de ostras, no turismo comunitário, etc. As escolas da e na ilha trazem na sua identidade a valorização dos conhecimentos tradicionais e a cultura das comunidades, buscam fortalecer o vínculo entre o território e os sujeitos. De modo que, a vida coletiva possa contribuir na formação da comunidade, no enfrentamento das contradições e limites, que o viver na ilha seja uma possibilidade de construir melhores condições de vida no cotidiano. Outra característica das escolas ribeirinhas é que elas estão localizadas às margens dos rios paranaenses. Os conteúdos escolares são possibilidades importantes para que os estudantes fortaleçam seus sentimentos de identidade cultural, valorizando conhecimentos a partir de experiências vividas no lugar de vida.



Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa e Escola Rural Municipal Gabriel Ramos da Silva

Escola Ruurbana

A Escola Ruurbana é uma escola do campo, pois atende sujeitos do campo e dos municípios interioranos. Essa definição foi assumida na Política Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), especificamente para justificar o transporte escolar para além do intra-campo, levar os estudantes do campo para as cidades ou pequenos povoados e distritos.

Escola de Assentamento

A Escola de Assentamento é uma Escola Pública do Campo, localizadas em assentamentos já conquistados na luta pela Reforma Agrária. São escolas municipais e estaduais, que ofertam diferentes modalidades de ensino, em algumas com oferta da Educação de Jovens e Adultos e formação profissional .



Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak

Escolas da Agricultura Familiar/Camponesa

Escolas de comunidades da agricultura familiar/ camponesa, que tradicionalmente se caracterizaram por ser uma escola rural e que se encontram em processo de mudança de nomenclatura e identidade, vinculada a concepção de Educação do Campo. Essas escolas, além dos agricultores familiares, acolhem os meeiros, assalariados rurais, arrendatários, pequenos proprietários rurais entre outros.

Escolas Faxinalenses – Localizadas em Comunidades Tradicionais

As escolas do campo localizadas nos faxinais são constituídas por pequenas escolas, em sua maioria multisseriadas. Os faxinais caracterizam-se pelo modo de vida e desenvolvimento dos sujeitos do campo as margens de rios/pescadores, agricultores tradicionais, fundo de pastos e/outros. Esta forma de organização é muito comum nos municípios de produção agrícola sobretudo na região central do estado do Paraná. Estas comunidades se constituíram historicamente como mecanismo de autodefesa do seu território.

Escola Itinerante

A Escola Itinerante é uma escola localizada em acampamentos da reforma agrária, concebida e organizada a partir dos fundamentos políticos, filosóficos e pedagógicos do MST. Vale destacar que a escola intitula-se ‘itinerante’ em função de que ela acompanha o itinerário das famílias Sem Terra acampadas, garantindo o direito à educação das crianças, jovens e adultos que se encontram em acampamento, lutando pela reforma agrária.



Escola Itinerante Herdeiros do Saber

PLANEJAMENTO NA ESCOLA DO CAMPO: algumas possibilidades

A ação educativa implica numa interferência na vida das pessoas, por isso tem intencionalidade pedagógica, não é de nenhum modo improvisada. Desde as ações mais simples do cotidiano até as mais complexas, e também na educação e na escola, escolhe-se uma direção para as ações e por causa desta direção, realiza-se um planejamento.

As escolas públicas do campo têm direito a exercer sua autonomia de proposta pedagógica e planejamento. Este direito de autonomia no planejamento é garantido na sua escola? Planejar é diferente de fazer planos de trabalho e ensino escolar.

Nos tempos atuais as escolas têm perdido estes espaços de planejamento para as empresas como é o caso do material do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), conhecido como Programa Agrinho financiado por empresas que vendem venenos e insumos agrícolas, o livro didático que é produzido por editoras-empresas que faturam milhões com o dinheiro do fundo público da educação e, mais recentemente os sistemas apostilados das diferentes empresas que assumem sistemas de ensino inteiros, sem considerar o projeto de escola.

O Planejamento Escolar situa-se na área da gestão da escola, por isso, compreende-se que é possível, por este instrumento, a escola do campo melhorar a relação entre o pedagogo e os professores, os estudantes e a comunidade.

Planejamento e Plano:

Planejar é pensar metodicamente a ação, é refletir sobre ela, é organizá-la para atingir os objetivos, é uma capacidade exclusivamente humana, está presente em tudo o que o ser humano realiza. Planejar a ação da escola antecede a própria criação, pois a partir do projeto de sociedade que está em andamento, a escola é organizada para atender as demandas dessa sociedade.

Plano é o registro do planejamento, documento escrito, segue um formulário, um roteiro definido pelos que o utilizam. **São** diferentes os tipos de plano na escola: Projeto Político Pedagógico, Planos de Ação, Planos de Trabalho Docente, Plano de Trabalho nas turmas entre outros.

Planejamento, o que considerar?

- Considerar os aspectos sócio-econômico-políticos e culturais da realidade;
- Realizar a pesquisa da realidade na escola e seus entornos;
- Considerar os sujeitos das comunidades da agricultura familiar; comunidades indígenas, quilombolas, ilhas, acampamentos, assentamentos e de outros locais;
- Considerar os tempos e os espaços no planejamento das práticas pedagógicas;
- Considerar o currículo da escola;
- Considerar os conhecimentos prévios dos educandos, suas necessidades, desenvolvimento e potencialidades;
- Pode-se organizar a partir de temas geradores, de complexos de estudo, de simples unidades de ensino.

Historicamente, muitas maneiras de se planejar foram construídas. Escolhemos aqui duas delas, de perspectivas críticas, para sugerir possibilidades de construção do planejamento.

I – PLANEJAMENTO A PARTIR DE TEMAS GERADORES

Paulo Freire, ao propor o planejamento a partir de temas geradores, indica que isso envolve: apreensão da realidade, análise, organização, sistematização, originando programas de ensino críticos, a partir do diálogo.

Para se considerar que algo seja um tema gerador, Freire definiu pelo menos dois critérios: precisa ser algo 'reconhecido' pelos sujeitos e não estranho a eles e deve ser simples, mas oferecer possibilidades plurais de análise na sua descodificação, deve abrir "leque temático".

Nessa perspectiva, são identificados passos para a elaboração dos planejamentos:

a) Levantamento inicial da realidade local com a coleta de dados.

Este levantamento inclui a observação, a escuta e a análise de fontes e documentos e tem como espaço concreto a comunidade escolar com seus interesses, expectativas, relações, sujeitos, trabalho, cultura, história, memória entre outros. Além disso, se faz a análise documental com dados já existentes, fotos, vídeos e dados quantitativos. Os educadores preparam um roteiro de observação e entrevistas e tomam decisões sobre o que observar e escutar, onde, quando e como.

b) Análise do material coletado e a formulação do Temas Geradores

A análise dos problemas e contradições que a comunidade enfrenta procura desvelar o contexto mais amplo em que a realidade da escola e dos sujeitos se situa, procura respeitar aquilo que é percebido por eles como potencial, como horizonte de saída ou como uma dificuldade a ser superada. Nesse sentido, se dá atenção também às falas originais dos estudantes e familiares que expressem a fala do grupo da comunidade e não apenas de uma pessoa, deixando explícitos os problemas e contradições da comunidade. Ao final desta análise serão formulados os temas geradores.

c) Planejamento do tema gerador

No momento seguinte passa-se ao planejamento propriamente dito de forma individual e coletiva, trazendo também a participação dos alunos, considerando: a) Tema gerador; b) Subtema (unidade temática) e questão geradora; c) Objetivos; d) Conteúdos; e) Metodologia interdisciplinar e; f) Avaliação.

II – PLANEJAMENTO POR COMPLEXO DE ESTUDO

O Planejamento por Complexos de Estudo integra o processo de construção e experimentação de uma nova matriz curricular alicerçada na Pedagogia Socialista e na Pedagogia do Movimento, a qual tem sido experimentada no âmbito prático inicialmente nas Escolas Itinerantes do Paraná.

A prática de implementação dos Complexos de Estudo (CE), levou à estruturação de dois planos complementares na escola: o *Plano de Estudos (PE)* e o *Planejamento por Complexos de Estudo (PCE)*, que são concebidos para que a articulação entre as várias dimensões do planejamento dos educadores de cada escola, atinja questões de definições objetivas da organização das práticas educativas do coletivo de educadores.

Tendo por base o Plano de Estudo, a elaboração do Planejamento por Complexos de estudo pode ser considerada nas seguintes etapas:

Atualizar ou construir o inventário da realidade para definição das porções da realidade que integrarão os complexos de estudo do semestre. Fundamental envolvimento dos estudantes e comunidade no processo de atualização do mesmo;

Conectar os conteúdos, objetivos de ensino e formativos do respectivo semestre por disciplina com as porções da realidade que os movimentarão;

Definir de metodologias integradoras entre as disciplinas para cada complexo de estudo;

Identificar os aspectos da vida para definição do trabalho socialmente necessário a ser desenvolvido no semestre, assim como a possível relação com os núcleos setoriais

e outros ambientes educativos da escola na relação com os objetivos formativos e de ensino;

Elencar os processos e práticas de avaliação nas disciplinas e áreas do conhecimento, desde a definição de critérios e instrumentos de avaliação. Na coluna da avaliação orienta-se planejar critérios e instrumentos de avaliação próprios de cada disciplina ou área como também, aqueles que podem ser coletivos, potencializando alguns aspectos que a turma precisa avançar, podendo ser o seminário, a produção escrita, a leitura, os núcleos setoriais e seu trabalho e até mesmo uma prova.

Mesmo que os métodos específicos e as disciplinas sejam preservadas, a interdisciplinaridade é compreendida como condição para se apropriar e compreender o movimento e o devir da realidade. Por isso, destacamos que o planejamento coletivo é necessário mesmo quando se trata de abordagens pelos métodos específicos, por possibilitar ao educador vislumbrar o nível de estudo em que as outras disciplinas se encontram, possibilitando ampliar os níveis de exigência sobre a compreensão da porção em relação com outras disciplinas, desde a especificidade da disciplina em curso, lembrando que a interdisciplinaridade nos complexos ocorre pela prática social (estudo do trabalho humano expresso por meio da porção da realidade).

Inventário da realidade

Um dos elementos essenciais para se fazer um bom planejamento é a construção do inventário da realidade (esse texto é a parte inicial do Guia discutido no Seminário: Educação em Agroecologia nas Escolas do Campo. Veranópolis/RS (IEJC), 16 a 18 de junho 2016. Participaram da elaboração: Roseli Salete Caldart, Ceres Hadich, José Maria Tardin, Diana Daros, Marlene L. S. Sapelli, Luiz Carlos de Freitas, Edgar Jorge Kolling, Paulo Ricardo Cerioli, Nivia Silva e Adalberto Martins).

O inventário é uma ferramenta para levantamento e registro organizado de aspectos materiais ou imateriais de uma determinada realidade. Levantamentos quantitativos e ou qualitativos. Pode-se fazer um inventário de bens, de valores, de produções econômicas, culturais, sociais, de recursos naturais, de pessoas, de formas de trabalho, de lutas, de hábitos e costumes, de conhecimentos, de atividades agrícolas, de indústrias, de conteúdos de ensino, de livros lidos pelos estudantes e seus educadores.

Inventariar a realidade do entorno da escola

No trabalho de educação e particularmente na escola de educação básica, buscar conhecer o lugar em que se insere, e suas relações sociais e ecológicas com as questões da realidade mais ampla, integra uma determinada concepção de educação e de escola.

Na concepção que nos orienta, é preciso pensar a escola como parte de processos formativos que constituem a vida social e as relações entre ser humano e natureza, intencionalizados em uma direção emancipatória. Por isso, a escola não pode desenvolver sua tarefa educativa apartada da vida, suas questões e contradições, seu movimento. Mas esta ligação entre escola e vida (trabalho, luta, cultura, organização social, história) precisa de uma formulação pedagógica séria, para que os momentos de estudo não se reduzam a conversas sobre aspectos ou problemas da realidade, mas possam garantir efetiva apropriação de conhecimentos necessários à construção de novas relações sociais e de relações equilibradas entre o ser humano e a natureza. Buscamos um modo de estudo que articule trabalho, conhecimento, ensino e participação dos estudantes na condução da vida escolar. E buscamos construir a escola como um lugar de formação humana multidimensional e um centro cultural de referência para a comunidade.

Caminhar nesta direção exige que o conjunto dos sujeitos da escola parta de uma base comum, objetiva e detalhada, de informações sobre a realidade a ser trabalhada a partir do plano de estudos.

Os levantamentos que serão feitos devem considerar questões da realidade atual e visam prioritariamente o uso pedagógico dos dados pela escola, em suas diferentes atividades educativas. O inventário é uma ferramenta de trabalho para materializar sua ligação com a vida e as relações sociais de que é parte. Mas à medida que a escola organiza e disponibiliza as informações levantadas, ela passa a ser uma fonte de dados e de materiais de pesquisa para o conjunto da comunidade e para variados usos. E se trata de um trabalho dinâmico e cumulativo: se a escola conseguir estabelecer esta relação viva com a comunidade, ela própria (famílias, grupos, organizações, etc) poderá tomar a iniciativa de fornecer novos dados ou atualizar as informações do inventário, em um fluxo contínuo e educativo.

No planejamento da realização do inventário, é importante que cada escola discuta também seus objetivos específicos com esta ferramenta, considerando o processo educativo que ali se desenvolve e as necessidades reais de conhecimento da realidade. E que desenvolva a preparação considerando o inventário como uma forma de diálogo de saberes entre as famílias, entre a escola e a comunidade, entre educadores e educandos, e com a natureza, de que somos parte.

Entorno da escola

Estamos entendendo por entorno da escola o meio geográfico onde ela se situa, mas combinado com as relações sociais e comunitárias que ela estabelece por meio dos seus sujeitos, especialmente os estudantes e suas famílias. Isto quer dizer que uma mesma escola pode ter relação com diferentes comunidades, cujos núcleos de moradias e unidades de produção têm proximidade física maior ou menor. Uma escola que recebe grupos de estudantes de comunidades vizinhas precisa fazer o inventário dos diferentes locais, à medida que atividades de trabalho e de estudo possam ali acontecer.

Também é importante identificar aspectos de um entorno um pouco mais distante, mas que influenciam significativamente a vida das famílias, das comunidades que integram a escola, por exemplo, a existência de uma fábrica ou de uma agroindústria próxima que recebe trabalhadores da comunidade ou com a qual as famílias se relacionam comprando ou vendendo produtos, ou que afeta o meio ambiente da região.

Cada escola precisa decidir, em função dos objetivos específicos do seu inventário, qual o recorte do entorno a ser investigado, considerando estas totalidades que se entrelaçam: - as redondezas do prédio/local da escola; - a área de vizinhança da escola; - a(s) comunidade(s) envolvida(s) com a escola e suas atividades. Em alguns casos todas estas possibilidades de entorno são fisicamente próximas; em outros, elas significam que fazer o inventário implicará deslocamentos das pessoas para conseguir as informações. Tudo isso precisa ser considerado no plano de realização do inventário.

INDICAÇÃO DE LIVROS SOBRE EDUCAÇÃO E ESCOLA DO CAMPO

Dicionário da Educação do Campo
http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf

Escola Pública, Educação do Campo e Projeto Político-Pedagógico
http://universidadetuiuti.utp.br/nupecamp/arquivos/escolapublicaeducacaodocampoeprojetopoliticopedagogico.pdf

Caderno de Experiências Práticas Pedagógicas em Escolas do Campo
https://sites.unicentro.br/wp/educacaodocampo/files/2018/03/caderno-1.pdf

Escolas Públicas no/do Campo: Letramento, Formação de Professores e Prática Pedagógica
http://universidadetuiuti.utp.br/nupecamp/arquivos/Livrocoletivoescolaspublicas2016.pdf

Boletim informativo da Educação do Campo MovEcampo do Laboratório da Educação do Campo e Indígena da Unicentro
https://sites.unicentro.br/wp/educacaodocampo/category/boletim/

Cadernos de Educação do Campo do Laboratório de Educação do Campo e Indígena da Unicentro
https://sites.unicentro.br/wp/educacaodocampo/category/publicacao-2/

Pedagogia Histórico Crítica e Educação no Campo
http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-gepec/pedagogia-historico-critica-e-educacao-no-campo.pdf/view

Teoria e Prática da Educação do Campo: Análises de Experiências
http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204236-74145-lt_Teoria_e_Prtica_da_Ed-3102384.pdf

ESCOLA DO CAMPO: POSSIBILIDADES DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

SISTEMATIZAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DAS ESCOLAS DO CAMPO

BIBLIOTECA ESCOLAR DO TRABALHO

Biblioteca e escola, duas instituições que se encontram na história da vida humana e na educação do ser humano. Portanto, biblioteca escolar e escola pública são direitos humanos. Sua escola tem biblioteca?

Essa problemática leva à projeção da Biblioteca Escolar do Trabalho (BET), espaço de direito dos estudantes desde relações planejadas como: o trabalho, a cultura, o estudo, a coletividade, a organização estudantil, entre outras dimensões, que são fundamentadas na Pedagogia Freinet, Pedagogia Socialista, Pedagogia Freireana e na Pedagogia do Movimento.


Biblioteca da Escola Itinerante Vagner Lopes

Planejando a Biblioteca Escolar do Trabalho

Na pedagogia da ocupação, o sujeito precisa sentir-se provocado e não ficar na pura espera do novo. Leia sobre as tarefas e ajude a construir a BET em sua escola.

Tarefa 1: Denunciar a ausência de bibliotecas na escola

Denunciar as condições das BEs nos meios de comunicação local, regional, nacional;

Conhecer a legislação da BE, para saber lutar;

Reivindicar a implementação da lei 12.244/2010;

Divulgar os parcos investimentos financeiros que o Estado faz em BE;

Pautar reivindicações e fazer mobilizações;

Exigir um trabalhador específico para BE;

Fazer proposições na política pública, para composição do acervo e do espaço físico;

Pautar financiamento para produção, impressão de obras locais, da escola e seu entorno.


Biblioteca do Colégio Estadual do Campo Chico Mendes

Tarefa 2: Organizar a biblioteca na escola

Ordenar o espaço possível na escola e denominá-lo BE;

Escolher um nome significativo para ela e fazer a inauguração com uma grande festa;

Ordenar o acervo de alguma forma e orientar os estudantes e professores para o uso;

Informatizar os dados;

Planejar o trabalho em parceria com os sujeitos, acolhendo necessidades e interesses;

Fazer o processo de auto-organização dos estudantes e dividir o trabalho da BET;

Mapear os interesses de leitura;

Produzir e aprovar em assembleia o regimento da BE;

Divulgar o acervo junto à comunidade;

Pautar e reivindicar acervo junto aos órgãos competentes;

Reivindicar recursos para publicar produção local;

Vivenciar práticas de leitura: seminários, recitais, rodas de leitura, contação de histórias;

Fazer a contação de causos do local;

Trazer escritores e pessoas que escrevam para dar depoimentos nas BEs;

Trazer os mais velhos para BE, torná-los contadores de histórias;

Ensinar a pesquisa escolar na BE e nas salas de aula;

Fazer campanhas de arrecadação de literaturas para as bibliotecas em suas localidades.

Tarefa 3: Planejar a Biblioteca Escolar do Trabalho

Relação e perspectivas de trabalhos na Biblioteca Escolar do Trabalho

Trabalho Escolar	Autosserviço	Trabalho socialmente necessário
Pesquisa bibliográfica; Pesquisa na internet; A preparação de seminários; Produção de cartazes; Resumos de temas; Cópias de fragmentos dos livros; Desenhos e pinturas; Preenchimento de questionários; Hora do conto; Tempo leitura; Troca de livros para leitura domiciliar.	Organizar o mural da sala de aula e da biblioteca; Divulgar obras do acervo; Colaborar no seu ordenamento; Fazer campanhas para agregar novos leitores; Expor livros no tempo recreio e convidar colegas para ler; Programar recitais de poesia; Distribuir o jornal escolar nas classes; Divulgar produções das turmas e de escritores na rádio escolar; Fazer monitoria na BE; Divulgar as obras literárias na escola; Acompanhar as práticas de pesquisa dos menos experientes.	Produção de livros, panfletos, jornais para serem distribuídos na comunidade a fim de esclarecer sobre determinado tema ou aspecto das culturas; Ler para os mais velhos ou para os analfabetos da comunidade; Ouvir dos camponeses mais velhos e experientes as práticas de cultivo e manejo das plantas e animais para produzir registros; Escrever para jornais locais sobre a conjuntura política e econômica; Contribuir na resolução de cálculos junto aos agricultores da cooperativa.

PARQUES INFANTIS NAS ESCOLAS DO CAMPO



Parque e Mandala de plantas medicinais da Escola Itinerante Vagner Lopes

O parque infantil é um direito da criança e precisa estar em todas as Escola do Campo, nos centros comunitários, nos espaços de lazer públicos, nas casas e, para tal, vamos LUTAR, TRABALHAR e CONSTRUIR.

O Parque Infantil, precisa ser garantido pelo poder público, nesse caso, pelo município e, a Secretaria Municipal de Educação é a primeira responsável;
O Parque Infantil, pode ser construído com participação comunitária e pareceria entre o poder público e a comunidade;
O Parque Infantil, pode ser de brinquedos industrializados, adquirido pelo poder público ou criado e construído com material alternativo e reciclado;
O Parque Infantil, é espaço da criança, do adolescente, dos jovens, adultos e idosos. Cada qual tem sua forma de participar na construção e no uso desse espaço;
O Parque Infantil, é espaço de lazer, desenvolvimento, organização, embelezamento e outros;

Como construir o Parque Infantil?

Primeiro: Criar a necessidade nas crianças e nas comunidades para sua construção;

Segundo: Fazer o projeto com as crianças; pesquisar e fazer lista de brinquedos que desejam; desenhar a planta de acordo com espaço disponível;

Terceiro: Fazer a lista de material necessário e as quantidades de acordo com os brinquedos selecionados (pneus, madeira, tintas, pregos, terra, correntes e cordas, tubos de concreto, tela e outros); trabalhar o orçamento, custos;

Quarto: Buscar a parceria para a aquisição e reunião do material. O que a escola, professores e crianças farão? E os pais? A secretaria de educação? O comércio local? O movimento social? A universidade? Aproveitar e ensinar a criançada a fazer ofícios, listas, pedidos, agradecimentos, relatórios, orçamentos;

Quinto: Marcar o mutirão para construção. Em dois dias é possível concluir o trabalho. Todos podem e devem participar, inclusive as crianças. Podemos fazer um almoço comunitário nesse dia na escola.

Sexto: Brincar muito. Esse quem sabe seja o mais esperado pela criançada. A escola precisa ser um espaço de brincar mais, temos vivido tempos em que as crianças estão condenadas as ‘celas-selas’ de aula. Brincar para desenvolver-se, brincar para aprender; brincar para ser feliz;

Sétimo: Inaugurar o parque infantil com um nome significativo, fazendo uma festa em cada um de seus aniversários, mantê-lo em ordem, colocar novos brinquedos, divulgar o trabalho em jornais locais;

Oitavo: Seguir pensando possibilidades.

AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES

A dimensão pedagógica da auto-organização dos estudantes integra os processos formativos que objetivam formar seres humanos plenos, com a condição humana de interpretar a realidade e agir sobre as contradições e os desafios de seu tempo histórico. Por isso, objetiva processualmente elevar os níveis de organização, de autonomia, de conhecimento e formação política por meio de processos de estudo, de trabalho, de lutas e gestão da escola.

A participação pode ocorrer por meio das turmas, núcleos de base, núcleos setoriais ou reagrupamentos entre as turmas para que os estudantes possam desenvolver a condição de trabalhar, estudar e viver coletivamente. Trata-se de oportunizar desde a escola, tempo e espaço para que os estudantes exercitem e vivenciem situações que permitam provocar sua organização individual e coletiva, se encontrem e discutam questões próprias, tomem decisões, no coletivo maior de gestão da escola.

É importante promover também a participação política e organizativa, para além da escola, no vinculo intencional com os processos de luta para que possam, além de compreender a luta de classes, lutar e construir novas relações sociais.

Educar-se pelos processos de auto-organização propicia ver em cada problema novo, uma nova possibilidade organizativa, assim como, cada ação ou situação numa perspectiva histórica, em um movimento entre passado, presente e futuro, e compreendê-las em suas relações com outras ações, situações na escola, comunidade e sociedade. Nesta concepção, a escola é concebida em sua totalidade pedagógica, tratando a sala de aula em perspectiva com as relações sociais e conteúdos formativos que se efetivam em diferentes tempos e espaços (planejamentos específicos) na interação com a realidade.

Para potencializar a auto-organização e ampliar a participação dos estudantes, já são realizadas, em várias escolas do Paraná, ações como: conselho de classe participativo; organização de grupos de estudo; realização de atividades coletivas de arte, e de esporte; intervenções junto às comunidades, construindo hortas mandala, agroflorestas, realizando proteção de fontes e outros; criação e distribuição de jornais escolares; realização de excursões para participar de eventos para conhecer outras experiências.

COLETIVO DE EDUCAÇÃO NAS COMUNIDADES DO CAMPO

Considera-se importante criar coletivos de educação nas comunidades do campo, para implementar e qualificar o projeto de Escola Pública do Campo e lutar contra o fechamento das mesmas. Pode ser composto por pais, mães, lideranças comunitárias, dos movimentos sociais, entidades e estudantes. Com as possíveis tarefas:

Identificar e atuar para garantir acesso de todos/as à educação escolar, em todos os níveis e considerando as necessidades dos diversos sujeitos (crianças, jovens, adultos e idosos);

Integrar a APMF e Conselho Escolar para contribuir nos processos de gestão escolar; participar do processo pedagógico de ensino e aprendizagem;

Inserir a escola na vida da comunidade e a comunidade na vida da escola;

Propor inovações ao trabalho pedagógico da escola no sentido de garantir a implementação das linhas políticas, princípios pedagógicos, filosóficos e organizativos vinculados à Educação do Campo e às lutas sociais;

Lutar para que o transporte escolar se constitua como garantia de vinda dos educandos todos os dias para a escola, com segurança e dignidade;

Identificar educandos com necessidades especiais, buscando formas de garantir o direito;

Articular espaços coletivos dos estudantes nas escolas;

Realizar intercâmbios e encontros com outras escolas e sujeitos da educação do campo;

Buscar parcerias junto aos Movimentos Sociais, Secretaria de Estado da Educação, Núcleo Regional de Educação, INCRA e outras instituições para realizar a formação inicial e continuada dos(as) educadores(as) e outros.

TRATAMENTO DOS RESÍDUOS ORGÂNICOS E SÓLIDOS E OS CUIDADOS COM A ÁGUA

A escola produz uma razoável quantidade de resíduos orgânicos e sólidos e por isso esta ação aproveita estes resíduos de “lixo”, principalmente os da cozinha e do refeitório, aproveitados para a compostagem e o papel descartado que pode ser reutilizado na própria escola.

São necessários momentos de formação técnica para aprender como se dão as etapas do processo em que os resíduos “viram” adubo e como fazer isso no quintal da escola, tendo um lugar para a compostagem para utilizar nos espaços como horta, jardim e quintal da escola, e realizar este tratamento de resíduos em suas unidades de produção

O trabalho com resíduos sólidos é simples e até divertido pois, depois de tratado e de dois dias repousando, as folhas produzidas estão prontas para serem reutilizadas como, por exemplo, na produção de cartões, caixas, pastas e até mesmo para a impressão.

Ao longo deste tempo foram várias as escolas do campo que se envolveram em cuidados com a água, desde a limpeza de riachos, proteção de fontes, construção de cisternas entre outros. Esta água pode ser utilizada nas descargas de banheiros, para lavar calçadas e limpeza em geral, regar plantas da horta e do jardim, deixando as águas dos poços para o consumo humano. É possível identificar ainda os rios próximos, lagos, açudes, fontes e recuperá-los e manter ações de cuidado destes espaços, uma vez que são identificados também no Inventário da Realidade.

TROCA DE SEMENTES E MUDAS

O trabalho da maior parte das famílias onde se insere a escola do campo é permeado por estas lógicas de colher, vender, plantar, entregar leite e cuidar dos animais entre outros. Nas organizações e instituições que atendem e acompanham estas famílias é comum acontecerem eventos para fortalecer este segmento de trabalho e de vida no campo como, Exposições, Dias de Campo, Mostras Agropecuárias, Feiras, Festas entre outros.

Um destes eventos que já alcançou a escola há um bom tempo, é a relação com as sementes e mudas seja de alimentos ou plantas medicinais: as sementes nativas, as sementes crioulas, as “mudas de remédios”, as “sementes de galinha” entre outros.

Este momento pode aproveitar o Dia do Agricultor ou da Festa Junina (junho a setembro), porque nestes meses, se dá o início de plantio da maior parte das variedades no sul do país, por isso este é o melhor período para a Troca de Sementes e Mudas.



HORTAS AGROECOLÓGICAS E QUINTAIS AGROFLORESTAIS

No contexto da Educação do Campo trata-se de repensar estes espaços na relação com a alimentação saudável e o ambiente, o uso de alimentos contaminados por agrotóxicos e/ou modificados pela transgenia, contrapondo-os à proposta da agroecologia.

Faltam ainda referências locais de agroecológicas e quintais agroflorestais, pois a ainda se acredita e quer construir espaços limpos, com canteiros enfileirados e plantas em linhas retas, conforme o modelo convencional.

Criar espaços com sistemas que tenham a agroecologia como concepção, e combinem várias culturas intercaladas em sucessão e rotações, misturando cultivos anuais com espécies perenes, hortaliças com plantas medicinais, integrem agricultura e criação de animais, embelezamento com produção, adubação com alimento para as pessoas e para a fauna.

Estas formas implicam ainda em conhecer o calendário sazonal, articular ações entre o que acontece no trabalho das famílias com ações que podem ser potencializadas nestes espaços.

FEIRA DE SABORES DA ESCOLA DO CAMPO

Como dissemos acima, nas escolas do campo desenvolveu-se um costume em que os alunos “negociam” comidas com seus professores, aproveitando os sabores originais das comidas que ainda se tem nas famílias camponesas. Alimentos como melado, ovos caipira, bata doce, milho verde, bergamotas, vinho, cucas entre tantas outras comidas.

Embora aconteça de forma costumeira, esta ação ainda não tem visibilidade e nem está organizada. Contudo é muito importante pois, a profissão do povo que ali vive e trabalha é produzir alimento, ou seja, a agricultura tem a função social de produzir alimentos, é para isso que ela existe.

Organizar este espaço pode significar uma oportunidade para que as crianças e jovens, que já trazem os alimentos que produzem em suas unidades de produção, possam mostrar e serem valorizados pelo seu trabalho.

Pode ser criado momento à cada 15 dias, com espaço a ser organizado por um coletivo de estudantes e professor que more na comunidade ou que tenha afinidade com as famílias e o trabalho de produzir alimentos.

RECREIO PEDAGÓGICO

O recreio ou intervalo entre as aulas pode ser ressignificado como um espaço pedagógico organizado, com diretividade e atividades variadas, propiciando interação social às diferentes idades de todo o coletivo escolar.

Para isso estende-se o tempo cronológico do recreio, recriam-se as brincadeiras e brinquedos, que podem contar com a presença dos educadores que também brincam e se divertem com os alunos.

Tem se denominado este tempo maior para brincar de Recreio Pedagógico. Ele não precisa acontecer todos os dias, mas pelo menos uma ou duas vezes por semana. Um recreio de 30 minutos divididos em 10 minutos para lanchar e 20 minutos com atividades planejadas e direcionadas.

As brincadeiras podem ser as que todos conhecem como peteca, pular corda, brincadeiras de roda, karaokê, danças, amarelinha, balanço, pular pneu, bolas de gude entre outras. Atividades variadas que atendam os estudantes, incluam e respeitem seus limites e individualidades.

Também pode ser feito um resgate de brincadeiras utilizadas na infância dos pais e mães ou de pessoas idosas das comunidades. Pode ser uma parte do inventário e, este diálogo pode ser com a presença delas na escola. Além disso, elas podem ensinar as brincadeiras e contar suas experiências e infância.

Os materiais que são usados todos os dias para as brincadeiras, podem estar bem à mão dos alunos, em caixas abertas ou num armário de acesso a todos. Vários brinquedos também podem ser confeccionados por eles em alguns momentos das aulas quando estiverem realizando estudos neste sentido.

O coletivo de estudantes responsável pelo recreio, com um professor que acompanha, fica responsável por este momento para que todos se divirtam e tenham a escola como um espaço de alegria e encontro para além do estudo.

CEE POSICIONA-SE DIANTE DAS PROBLEMÁTICAS DAS ESCOLAS DO CAMPO DO PARANÁ

No dia 14 de setembro de 2018, o Conselho Estadual de Educação publicou o Parecer Normativo 01/2018 que trata da "Ratificação das normas gerais exaradas pelo CEE/PR para a oferta de educação do campo e normas complementares para a cessação de escolas do campo". O Conselho Pleno aprovou o voto dos Relatores por 09 (nove) votos favoráveis e 01 (um) voto contrário, da Conselheira Marise Ritzmann Loures.

Para dar sustentação à posição assumida pela maioria dos conselheiros, no Relatório há indicação de que de 2000 a 2010 houve um refreamento do ritmo de perda populacional do campo paranaense; que, apesar de termos um grau de urbanização superior a 85%, mas com grande variabilidade espacial (temos municípios com mais de 90% de ruralidade), o Paraná conta com mais de 1,5 milhão de pessoas que residem no campo; que a população do campo ainda apresenta índices baixos de escolaridade – 84,5% da população rural com 10 ou mais anos de idade não tinham instrução ou possuíam o ensino fundamental incompleto – índice superior ao da região sul; que de 2005 a 2014 foram fechadas, no Paraná, 664 municipais localizadas no campo (p.6) e abertas 35 estaduais. Estes últimos dados mascaram alguns fatos.

Na rede estadual foram criadas nesse período 24 escolas itinerantes (em acampamentos do MST), que funcionam em condições muito precárias. Muitas Casas Familiares Rurais foram fechadas. Escolas estaduais que não foram fechadas, foram obrigadas a juntar turmas e encerrar atividades em alguns turnos. As escolas que continuam funcionando perdem, em alguns casos, até 40 dias letivos por ano, em decorrência das condições das estradas e do transporte intracampo (no Ensino Fundamental de 9 anos, isso implica em mais de um ano a menos de escolarização real).

O CEE denuncia:

São diversas as denúncias presentes no Parecer Normativo 01/2018

- "Um deles diz respeito à valorização da identidade das instituições de ensino que atendem às modalidades em consonância com as condições da comunidade na qual se insere, e o respeito à diversidade em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, geracional, de raça e etnia. Por ocasião da análise dos processos com pedidos de cessação de escolas do campo e de reconhecimento de cursos das modalidades de ensino abordadas neste Parecer Normativo, **este Colegiado tem evidenciado o não cumprimento a essas determinações, o que já foi contestado nos pareceres exarados.** Alguns outros processos indicaram claramente que não havia diferenciação na proposta pedagógica e curricular entre a escola do campo cessada e a escola urbana para onde os alunos foram transferidos como justificativa para a cessação**. Essa situação é irregular e necessita ser corrigida."** (p. 12)

- "Não se admite registro escolar que não corresponda à forma de organização curricular ofertada pela escola aos alunos. Tal situação tem emergido em processos de atos regulatórios de instituições, com oferta educacional por área do conhecimento, porém com apresentação de matriz curricular e registro escolar por disciplina, para atender às características de sistemas de registro escolar, o que não é correto**. Os sistemas devem se adequar à organização da escola e não o contrário."** (p. 13)

- "Ainda que pesem essas considerações, este Conselho verifica nos processos que tem recebido de cessação de escolas do campo e escolas rurais que o transporte escolar é destacado como a alternativa mais econômica para o acesso educacional diante do fechamento das escolas do campo. Reitera-se: **o transporte escolar é recurso acessório e não recurso principal de acesso educacional."** (p. 18)

Diante dos fatos e das denúncias, o voto dos relatores indicou posição favorável a: ratificação das normas exaradas por este Colegiado elencadas no Mérito deste Parecer Normativo; normas complementares para o fechamento de escolas do campo, indígenas, quilombolas e de ilhas, com a interpretação da Deliberação nº 03/13-CEE/PR à luz do disposto no artigo 28, parágrafo único, da LDB, e aprovação dos requisitos propostos especificamente para os pedidos de fechamento, nos termos constantes do Mérito deste Parecer Normativo; estabelecer que o pedido de cessação de escola/curso/turma do campo, indígena, quilombola e de ilhas, devidamente instruído, deverá ser protocolado até 180 dias antes da data em que se pleiteia a cessação, gradativa ou simultânea, temporária ou definitiva; estabelecer que não será autorizada cessação de escola/curso/turma antes da conclusão do período letivo.

O CEE orienta:

- "O Poder Público, nas esferas estadual e municipal, deve estudar e implementar formas diferenciadas de gestão escolar. Igualmente, também devem ser considerados portes diferenciados de escola para alocação de recursos humanos e infraestrutura, formas inovadoras e adequadas de organização educacional e execução do projeto educacional, de modo a equacionar as condições de funcionamento das instituições em relação ao número de alunos matriculados". (p.9)

- "Os espaços escolares atualmente em uso no meio rural podem oferecer múltiplas possibilidades, como a implantação da educação infantil e EJA, o resgate da população excluída do sistema educacional, ofertas diferenciadas como a Educação Profissional e devem ter seu uso complementado com essa finalidade, otimizando os recursos ora existentes. Importante registrar que ao Governo do Estado também cabe o atendimento da EC Nº 59/2009, com especial atenção à oferta dos anos finais do ensino fundamental e do médio. Tal medida, além de assegurar um direito social fundamental, tem implicações econômicas importantes para o Estado". (pp. 9 e 10)

- "A especificidade das modalidades educação do campo, indígena, quilombola e das escolas das Ilhas deve ser assegurada no âmbito das instituições de ensino, com a participação e o controle social efetivos da comunidade em que se inserem. Deve-se evitar a organização curricular única, por rede de ensino, o que se contrapõe ao objetivo de assegurar a identidade que cada estabelecimento de ensino deve ter." (p.12)

- "Reitera-se: o transporte escolar é recurso acessório e não recurso principal de acesso educacional. Reitera-se, também, **o disposto no art. 4º, inc. X, da LDB, que assegura o direito à matrícula nas proximidades da moradia dos estudantes e que o transporte escolar não se destina a transportar aluno do campo para a cidade."** (p. 18) "Dessa forma, salvo em situações excepcionais, quando analisadas por este Colegiado nos casos concretos, **não se admite o uso do transporte de alunos do campo para a cidade como alternativa à cessação de escolas do campo e rurais da educação básica"** (p. 19)

- "as Redes Estadual e Municipais de Ensino devem se articular em um trabalho que tenha o propósito de estudar a oferta educacional da educação básica para as comunidades rurais; assegurar a integração das redes de ensino, preservando a necessária e adequada continuidade das etapas desse nível, evitando, nos termos da legislação em vigor, deslocar alunos para a cidade; e que culmine na reorganização da oferta com base no estudo realizado. A adoção de uma estratégia como esta poderá apresentar soluções, caso a caso, para o funcionamento das instituições de ensino existentes no meio rural" (p. 15)

O Parecer é uma conquista e um apoio à defesa da Educação do Campo. Mesmo com esse Parecer, os últimos acontecimentos políticos indicam que os sujeitos coletivos da Educação do Campo, devem manter posição de alerta em relação às escolas. Mais do que nunca precisamos do compromisso, do esclarecimento e da união de todos para conter o avanço destruidor sobre as escolas do campo! Lembremos que: **FECHAR ESCOLA DO CAMPO É CRIME SOCIAL!!!**





COMO IMPEDIR O FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CAMPO

Se a escola da sua comunidade receber o comunicado de fechamento de turmas, turno ou até mesmo de escola, toda a comunidade deve se reunir (pais, mães, responsáveis por estudantes, professores, alunos e lideranças), para juntos discutir essa situação. Abaixo sugerimos alguns procedimentos:

1 - Organizar uma assembleia geral: reunir a comunidade escolar, responsáveis pela educação (município e do estado), para uma assembleia na escola para discutir sobre esse fato. Se possível convide órgãos da imprensa, representantes de Movimentos Sociais e Universidades próximas, Articulação Paranaense por uma Educação do Campo na sua região. Nesta assembleia elaborar dois documentos:

Documento 01: Uma Ata com a decisão da comunidade, justificando o porquê não pode fechar a escola, todos devem assiná-la;

Documento 02: Organizar um abaixo assinado, solicitando a permanência da turma, turno e escola. Todos os presentes devem assinar (estudantes, comunidade, autoridades, representantes dos Movimentos Sociais e Universidades). Se houver tempo hábil, estender a lista para outras pessoas da comunidade que não compareceram à assembleia.

2 - Organizar uma comissão com a representação dos pais, mães, educandos, lideranças e professores para encaminhar os documentos ao Ministério Público e a Secretaria Municipal de Educação e/ou Núcleo Regional de Educação.

3 - **Encaminhar os documentos para o Ministério Público: a ata e o abaixo** assinado devem ser protocolados, oficializando a denúncia.

4 - Solicitar uma reunião com a promotoria pública pessoalmente. Atenção! É importante levar uma cópia de todos os documentos, bem como, guardar uma cópia na comunidade.

5 - **Fazer reunião com vereadores, Secretaria Municipal de Educação e/ou Núcleo Regional de Educação** e apresentar os documentos (ata e abaixo assinado) solicitando revisão do encaminhamento de fechamento da escola.

6 - **Fazer a divulgação na impressa local:** as discussões da comunidade devem ser divulgadas na imprensa local (rádio e jornal) e em outros ambientes para que se possa ter o apoio amplo da sociedade.

7 - **Encaminhar a denúncia para Articulação Paranaense por uma Educação do Campo** no e-mail: articulacaopr@gmail.com

NÃO é o número de educandos(as) que garante a manutenção das escolas do campo, uma escola aberta depende muito mais da organização e união comunitária

LEMBRE-SE: A UNIÃO DA COMUNIDADE É FATOR IMPORTANTE PARA ENFRENTAR O FECHAMENTO DE ESCOLAS!

Expediente

ARTICULAÇÃO PARANAENSE POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO

articulacaopr@gmail.com

http://apecpr2011.blogspot.com/

http://fb.com/articulacaopr/

ELABORAÇÃO

APP-SINDICATO, ARCAFAR-SUL, ASSESOAR, CEMPO, CPT, FETAEP, FETRAF-SUL, MAB, MMC, MPA, MST, NUPECAMP, REDE PUXIRÃO, UEL, UEM, UEPG, UFFS, UFPR, UNICENTRO, UNIOESTE, UNESPAR, VIA CAMPESINA BRASIL.

FOTOS:

Arquivo da Articulação Paranaense por uma Educação do Campo

Foto do cabeçalho da capa: T. R. Shankar Raman

TIRAGEM: 10.000